

A Psicologia Educacional e Escolar no contexto da educação inclusiva: da perspectiva normatizante à perspectiva crítica

NATHÁLIA LOPES MACHADO*

Resumo: O presente artigo tem como objetivo discutir o lugar, a função e a atuação da Psicologia Educacional e Escolar no contexto da inclusão escolar. Desde o final do século XIX e início do século XX, a psicologia tem sido convocada pelo campo da educação, porém, a história da psicologia educacional e escolar é marcada por uma perspectiva clínica, individualizante e normatizante dos processos de ensino-aprendizagem. Tendo em vista a herança teórica e prática desse campo, pretende-se refletir sobre como tem ocorrido a atuação do psicólogo no contexto da educação inclusiva, nos dias de hoje. Para isso, será apresentada uma revisão narrativa, sendo possível concluir que é fundamental uma atuação articulada do psicólogo escolar, promovendo um espaço de diálogo capaz de fomentar práticas pedagógicas inclusivas. Além de ser imprescindível abandonar abordagens reduzentes e normatizantes, presentes na história da psicologia educacional e escolar, assumindo uma perspectiva crítica.

Palavras-chave: Psicologia Educacional e Escolar; Educação Inclusiva; Perspectiva Crítica.

Educational and School Psychology in the context of inclusive education: from a normative to a critical perspective

Abstract: The aim of this article is to discuss the place, role and work of educational and school psychology in the context of school inclusion. Since the end of the 19th century and the beginning of the 20th century, psychology has been called upon by the field of education, but the history of educational and school psychology is marked by a clinical, individualizing and standardizing perspective of teaching and learning processes. In view of the theoretical and practical heritage of this field, we intend to reflect on how psychologists have acted in the context of inclusive education today. To this end, a narrative review will be presented, and it will be possible to conclude that it is essential for school psychologists to work together, promoting a space for dialog capable of fostering inclusive pedagogical practices. In addition, it is essential to abandon the reductionist and normative approaches present in the history of educational and school psychology, taking on a critical perspective.

Key words: Educational and School Psychology; Inclusive Education; Critical Perspective.



* NATHÁLIA LOPES MACHADO é doutoranda e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais; Especialista em Psicologia Escolar e Educacional e em Psicopatologia da Infância e Adolescência; Psicóloga e Pedagoga.

1 Introdução

A psicologia e o campo da educação possuem um histórico de diálogo no contexto brasileiro cuja ligação possibilitou a elaboração de teorias psicológicas, por um lado, e contribuições no âmbito escolar, por outro. A educação foi o primeiro espaço no qual os conhecimentos psicológicos foram aplicados, sendo, portanto, o campo em que se fomentou a elaboração de teorias psicológicas e a práxis (Barbosa; Souza, 2012). Nesse sentido, a subárea da psicologia teve um pioneirismo no surgimento desse campo de saber consolidado no Brasil em 1962. Por isso, Antunes (2008) considera a existência de uma interdependência entre psicologia e educação.

Ao longo dos anos, a psicologia contribuiu com as práticas educativas de diferentes formas conforme as concepções que a embasaram, a sua epistemologia, o contexto no qual estava inserida e as influências de outros saberes. Além das diferentes perspectivas teóricas da psicologia no decorrer do tempo, existiram variados termos para designá-la em relação à educação, como psicologia na educação, psicologia da educação, psicologia do escolar, psicologia aplicada à educação (Barbosa; Souza, 2012).

Segundo as autoras, “essas diferenciações estão relacionadas, sobretudo, à definição desse campo em termos de (a) *objetos de interesse*, (b) *finalidades* e (c) *métodos de investigação e/ou intervenção*” (p. 165, grifo das autoras). Tais termos foram utilizados até se consolidar a denominação Psicologia Educacional e Escolar. A união dos dois termos que, antes, eram tratados como elementos distintos, refere-se ao reconhecimento

da íntima ligação entre eles, e passa a designar um determinado campo da psicologia (Souza, 2009).

Antunes (2008, p. 470) concebe a Psicologia Educacional como “*corpus* sistemático e organizado de saberes produzidos de acordo com procedimentos definidos, referente a determinados fenômenos ou conjunto de fenômenos constituintes da realidade”, enquanto a Psicologia Escolar diz respeito ao “âmbito profissional e refere-se a um campo de ação determinado, isto é, o processo de escolarização, tendo por objeto a escola e as relações que aí se estabelecem”. Isto nos permite entender a Psicologia Educacional e Escolar como um campo de atuação constituído por saberes referentes a um determinado contexto.

Tendo esta conceituação em vista, o objetivo do presente trabalho é discutir o lugar, a função e a atuação da Psicologia Educacional e Escolar no contexto da inclusão escolar. Desse modo, temos as seguintes perguntas norteadoras: Como tem sido a atuação do psicólogo educacional e escolar no âmbito da educação inclusiva? Quais as possibilidades de intervenção do psicólogo educacional e escolar frente à inclusão de alunos com deficiência? Para isso, será apresentada uma revisão narrativa a partir de um levantamento bibliográfico realizado no Catálogo de Teses e Dissertações Capes, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações e no Portal de Periódicos Capes, com o intuito de mapear as produções acadêmicas publicadas nos últimos 10 anos (2014-2024).

2 Aspectos históricos da Psicologia Educacional e Escolar

A Psicologia Escolar e Educacional compõe o campo de saber da Psicologia, sendo “uma das áreas de pesquisa e de atuação profissional no campo da Psicologia tradicionalmente presente na história dessa ciência no Brasil” (Souza, 2009, p. 179). Para a discussão sobre as possibilidades de atuação e intervenção do psicólogo escolar e educacional no âmbito da inclusão escolar de crianças com deficiência atualmente, é preciso retomar os aspectos históricos, compreendendo-os como parte de um processo de definição e delimitação do campo da Psicologia Escolar e Educacional.

Desde o final do século XIX e início do século XX, a psicologia tem sido convocada pelo campo da educação para intervir e fundamentar as práticas pedagógicas especialmente com crianças que apresentam questões importantes no desenvolvimento da aprendizagem. A psicologia, dessa forma, adentra o campo da educação pretendendo responder às interrogações colocadas pelos profissionais da educação. Porém, isso não é realizado sem provocar equívocos ao longo do tempo, especialmente relacionados a determinadas perspectivas que baseiam a interpretação dos problemas da educação e o modo de intervenção.

Lima (2005) ressalta cinco modelos de trabalho existentes ao longo da história da articulação psicologia e educação, sendo eles: modelo psicométrico, modelo clínico, modelo preventivo, modelo compensatório e modelo crítico. Quanto ao primeiro modelo, teve como expoente, desde o final do século XIX, Wundt, com os trabalhos no laboratório na Alemanha, e no início do século XX, Binet e Simon na França, quando o

modelo psicométrico ganhou consistência com a elaboração dos testes de inteligência (Januzzi, 2012). No contexto da educação brasileira, a perspectiva psicométrica influenciou Manoel Bonfim, Ulysses Pernambucano e Helena Antipoff (Januzzi, 2012; Lima, 2005). O caráter psicométrico da psicologia influenciou a educação e estava voltado à detecção da anormalidade, a partir da medição de aptidões e disposições inatas, sendo o critério para o arranjo escolar homogêneo.

Lima (2005) considera o modelo clínico, segundo modelo, emergente no início do século XX, atrelado aos estudos de Sigmund Freud. Porém, cabe salientar que, não somente a difusão das ideias psicanalíticas colaborou para a instituição de tal modelo, pois as ideias da psicologia do desenvolvimento tiveram importante influência sobre os estudos em relação à criança nessa época (Bercherie, [1983]/2001). Com o advento da psicologia do desenvolvimento surge um novo entendimento a respeito das questões que envolviam a infância. Os conflitos emocionais, os fatores constitucionais e os aspectos da personalidade passam a ser considerados na leitura dos comportamentos e das funções da criança.

Além disso, Lima (2005) destaca o modelo preventivo surgido através do Movimento de Higiene Mental, ao longo das décadas de 1920 e 1930, que ditava “funções preventivas de orientação, assistência, pesquisa e ensino de técnicos especializados em desajustamentos infantis” (p. 20). Trata-se de uma perspectiva médica que insere no ambiente escolar uma postura clínica, localizando no aluno o problema e desconsiderando os aspectos contextuais da aprendizagem. A

reatualização deste modelo pode ser identificada no cotidiano escolar, nos dias de hoje, pelos encaminhamentos incessantes dos pedagogos aos profissionais especializados como psiquiatra, neurologista infantil, psicólogo e psicopedagogo.

Ainda, com o foco na criança, Lima (2005) ressalta o modelo compensatório inaugurado a partir da década de 1970, no Brasil, que considerava o segmento social no qual a criança estava inserida como uma explicação da inexistência das aptidões para a aprendizagem. Para esta perspectiva, havia uma diferença em relação às possibilidades de aprendizagem entre uma criança em vulnerabilidade social e crianças de classes privilegiadas.

Até aqui, é possível perceber que os modelos apresentados por Lima (2005) demonstram uma perspectiva normativa presente na educação a partir da influência do campo da psicologia. Percebemos uma abordagem clínica e individualizante nos testes psicométricos capazes de classificar as crianças em normais e anormais, assim como no modelo clínico que introduz a abordagem psicológica no entendimento das questões educativas, fomentando a psicologização da educação. Além disso, no modelo preventivo que antecipa os problemas de aprendizagem por meio de encaminhamentos a tratamentos com profissionais denominados como especialistas. E também no modelo compensatório que localiza nas questões sociais, culturais e familiares a justificativa para as dificuldades escolares. Ou seja, o traço comum dessas abordagens se encontra na tentativa de adotar uma perspectiva adaptacionista e de ajustamento dos *déficits* e dos problemas de aprendizagem apresentados pela criança, ao invés de questionar a

abordagem pedagógica e os procedimentos metodológicos adotados pela escola.

Em 1980, surge um modelo crítico conforme mencionado por Lima (2005), que começou a indagar a atuação e os aportes teóricos que embasam o trabalho do psicólogo escolar. Pautado no materialismo histórico-dialético, o modelo crítico considerava o homem como um ser constituído socialmente.

Logo, as questões psicológicas precisavam ser compreendidas por uma lente histórica que contextualiza o fenômeno em um tempo e em um espaço. Esta perspectiva promove uma nova forma de compreensão e resitua o psicólogo escolar fomentando o distanciamento da abordagem clínica e dando lugar a uma atuação alinhada ao contexto socio-econômico-político-cultural.

Com base nas críticas à psicologia escolar hegemônica que Patto [1990]/(2022) cunha o termo “a produção do fracasso escolar”. A autora propõe questionar as práticas educacionais que culpabilizam os alunos pelas dificuldades educacionais e destaca os aspectos estruturais e sistêmicos do sistema educacional que devem ser considerados na compreensão das questões de aprendizagem apresentadas pelas crianças.

Tendo em vista os aspectos históricos da Psicologia Escolar e Educacional, passaremos a apresentar, a seguir, uma revisão narrativa pretendendo mapear o trabalho do psicólogo escolar e educacional e as concepções teóricas que o orientam no contexto da educação inclusiva nos últimos dez anos.

3 O lugar, a função e a atuação do psicólogo escolar e educacional frente à inclusão escolar: quais as possibilidades e os desafios?

Com o objetivo de discutir o lugar, a função e a atuação da Psicologia Educacional e Escolar no contexto da inclusão escolar, nos últimos dez anos (2014-2024), apresentaremos uma revisão narrativa dos dez trabalhos mapeados no levantamento bibliográfico realizado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no Periódicos Capes e no Catálogo de Teses e Dissertações com os seguintes descritores: psicologia escolar, psicologia educacional, educação inclusiva e inclusão escolar.

A revisão narrativa é um tipo de revisão de literatura caracterizado pela abordagem descritiva e interpretativa dos estudos existentes acerca de uma temática (Rother, 2007; Soares *et al.*, 2013). Trata-se de uma busca por compreender e sistematizar o conhecimento encontrado, através da organização dos dados e informações coletadas. A revisão é constituída por algumas etapas: definição do tema de pesquisa, identificação e seleção de fontes de informação, síntese e interpretação das informações obtidas e a apresentação de uma discussão destacando os principais pontos de discussão, as lacunas de conhecimento e as tendências emergentes.

A revisão narrativa é um método essencial capaz de oferecer informações a respeito de um campo de pesquisa em ascensão e uma ferramenta importante para explorar, sintetizar e interpretar os dados colhidos a partir do mapeamento das produções científicas referentes a um determinado tema, proporcionando uma compreensão das perspectivas presentes nos trabalhos, os debates e as

contribuições dentro de um campo de estudo. Segundo Andrade (2021, p. 2), “a Revisão Narrativa se diferencia das outras duas modalidades de revisão, focando apenas em mapear o conhecimento produzido em determinada área, sem critérios sistemáticos para busca, retenção de artigos e extração de informações”.

Teremos como norte as seguintes interrogações: Como tem sido a atuação do psicólogo educacional e escolar no âmbito da educação inclusiva? Quais as possibilidades de intervenção do psicólogo educacional e escolar frente à inclusão de alunos com deficiência? Passaremos, então, a apresentar os dez trabalhos.

Fonseca *et al.* (2018a), a fim de investigar a concepção de psicólogos escolares e educacionais sobre a inclusão escolar, realizaram entrevistas semiestruturadas com dez psicólogos escolar e educacional atuantes em escolas de educação básica da rede privada de ensino de um município piauiense. Os participantes da pesquisa apontaram a inclusão como relevante, sendo desafiadora, especialmente devido à insuficiência dos dispositivos já que requer mudanças atitudinais e novas práticas. Ou seja, a obrigatoriedade legal não garante a efetividade da inclusão, pois necessita de uma reestruturação escolar. Apesar de ser desafiadora, os participantes apontam seus benefícios para todos os alunos e profissionais.

Considerando a perspectiva de que a escola precisa criar condições de aprendizagem para o aluno e não colocar sob o aluno a responsabilização de uma adaptação aos moldes da escola, os autores ressaltam a necessidade de garantir uma formação continuada aos professores com o objetivo de promover oportunidades de aprendizagem a todas

as crianças, assegurando práticas inclusivas e mudanças atitudinais que colaborem para a efetivação da inclusão escolar.

Os mesmos autores, Fonseca *et al.* (2018b), publicaram também o texto intitulado *Psicologia escolar e educação inclusiva: a atuação junto aos professores* com o intuito de discutir a atuação do psicólogo escolar junto aos professores no contexto da educação inclusiva. A coleta de dados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas com dez psicólogos escolares atuantes em três instituições de ensino da rede privada do município de Teresina.

Além da crítica voltada à atuação tradicional do psicólogo centrada no aspecto clínico e da constatação da necessidade de efetivar mudanças atitudinais na escola para a implementação da educação inclusiva, apareceram como aspecto novo em relação ao artigo anterior dos mesmos autores, as possibilidades de trabalho do psicólogo escolar.

Com base na premissa de que os professores passaram a ser o alvo de atuação do psicólogo escolar no contexto em que a educação inclusiva os impõe a necessidade de mudanças metodológicas das práticas pedagógicas, Fonseca *et al.* (2018b) propõem uma atuação do psicólogo menos individualizante e mais coletiva para que os professores sejam envolvidos no processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência e que compreendam de forma contextualizada os processos educacionais.

A partir de uma escuta, de orientação individual e/ou grupal, de intervenções em sala de aula e de projetos que envolvam os professores, os alunos e a

família, o psicólogo escolar pode colaborar para uma melhor compreensão do professor diante da particularidade do aluno, possibilitando a busca de estratégias de ensino e, inclusive, a construção de segurança e autonomia por parte do professor. Portanto, Fonseca *et al.* (2018b) consideram que, no contexto da educação inclusiva, a atuação dos psicólogos escolares com os professores beneficia tanto o trabalho pedagógico quanto o processo de aprendizagem do aluno.

Com o objetivo de conhecer concepções e práticas dos psicólogos escolares referentes à educação inclusiva, Altrão e Almeida (2019) fizeram um estudo de caso em três municípios da região sul do estado do Mato Grosso do Sul e identificaram a inexpressividade da presença de tais profissionais, além das dificuldades encontradas por aqueles psicólogos atuantes no que tange ao planejamento e à implementação de práticas educativas inclusivas. Constataram que a atuação do psicólogo escolar e educacional necessita de uma mudança capaz de acompanhar o novo modelo escolar que surge, a educação inclusiva, em detrimento das concepções homogeneizantes que estiveram historicamente presentes no contexto escolar.

A partir da escuta de duas psicólogas atuantes no campo da educação, Altrão e Almeida (2019) identificaram uma escassez na formação inicial e, com isso, propuseram a inclusão de disciplinas, nos cursos de graduação em psicologia, que abordam a temática psicologia e educação em uma perspectiva que fomente a construção de saberes em um diálogo interdisciplinar. Além disso, as entrevistadas apontaram como desafio a solicitação da escola para que atuem por

meio da perspectiva clínica, com base em uma concepção de que o trabalho deve ser realizado individualmente com o aluno para que ele alcance o padrão escolar esperado. Como conclusão, as autoras ressaltam que o trabalho do psicólogo escolar deve promover espaços de diálogo com os professores e família, a fim de construir novos fazeres que considerem as diferenças.

Assim como Alirão e Almeida (2019), Carvalho (2019) teve como objetivo compreender as práticas dos psicólogos escolares no contexto da educação inclusiva, pontuando as expectativas, as possibilidades de atuação, os desafios e as concepções sobre a inclusão escolar de alunos com deficiência. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas individuais e grupo focal com sete profissionais atuantes nos municípios do estado do Mato Grosso.

A pesquisa de Carvalho (2019) permitiu identificar a importância do trabalho do psicólogo não somente com os professores, mas com os demais profissionais da educação, os alunos e os familiares. A pesquisadora identificou que as expectativas dos psicólogos estavam calcadas em promover formações aos profissionais da educação para que suas práticas modificassem com vistas à inclusão escolar, e que os desafios sentidos por eles eram relacionados, sobretudo, ao excesso de demandas e ao desinteresse dos professores em relação à educação inclusiva. Também identificou que os psicólogos demonstraram preocupação com a sua própria formação.

Ao buscar analisar as políticas públicas, as práticas diagnósticas e pedagógicas no contexto da educação especial, Kranz e Campos (2020) identificaram a predominância da perspectiva clínica tanto nas políticas quanto nas práticas. Segundo os autores, “os procedimentos

recomendados pelos documentos orientadores das políticas públicas da educação especial possuem caráter pedagógico, muito mais que clínico, apesar da ação educativa vir sendo ancorada em razões de ordem clínica – doença, transtorno, deficiência” (p. 4).

Para compreender esta questão, analisaram o caso de um menino de nove anos com deficiência intelectual, matriculado no 4º ano em uma escola municipal de Natal e perceberam a prevalência da concepção individual e biologizante da deficiência que atravessa o processo diagnóstico e conseqüentemente a vida escolar. A escola centraliza a atenção no laudo clínico como sendo o norteador das práticas e, diante disso, os autores questionam o lugar que o discurso médico possui e o seu efeito no contexto escolar. Concluem sobre a importância do psicólogo a partir de uma compreensão social e cultural da deficiência, buscando não legitimar uma perspectiva individual e patologizante do aluno, distanciando, portanto, do caráter clínico e biologizante da deficiência.

Rios e Resende (2020) analisaram a produção científica do campo da psicologia sobre a inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual através do levantamento realizado no Catálogo de Teses e Dissertações Capes. Identificaram que parte dos trabalhos analisa as diferentes concepções de inclusão escolar e que as pesquisas possuem limites para a identificação dos processos reais que impedem o avanço do movimento. Sobre este último aspecto, os autores observaram a ausência de debate sobre os determinantes socioeconômicos que atravessam a escola capitalista e que impedem de forma concreta o alcance das metas da educação inclusiva. Para

eles, é importante que “a produção da Psicologia sobre inclusão escolar desenvolva um olhar ampliado sobre os processos de inclusão e exclusão da sociedade capitalista, evitando amarras ideológicas nas análises sobre o tema” (p. 478), ao invés de enfatizar pontualmente métodos e processos inclusivos.

Em sua tese de doutorado, Nunes (2020) propôs uma experiência formativa para dez professoras do Ensino Fundamental I de uma escola estadual tendo como base a vertente crítica da psicologia escolar sobre a educação inclusiva. A pesquisadora partiu do princípio de que o caminho para se efetivar a inclusão é a formação docente. A sua proposta de elaborar, desenvolver e analisar uma formação docente nasceu em um contexto em que a psicologia escolar passa a ser convocada a atuar no âmbito da inclusão. Identificou que havia certo despreparo dos docentes frente à inclusão escolar, que resultava em uma culpabilização da família pelas dificuldades escolares, falta de compreensão em relação às condições dos alunos e ausência de entendimento sobre a importância da intencionalidade pedagógica.

Concluiu que a experiência produziu efeitos importantes nas concepções dos professores e conseqüentemente na prática deles, o que possibilitou destacar o lugar da psicologia escolar no trabalho inclusivo junto com os professores. Em suas palavras, sobre a contribuição da psicologia escolar ao trabalho docente inclusivo, o psicólogo deve “atuar no sentido de não só escancarar as mazelas presentes na escola e denunciar as condições concretas de trabalho docente, mas, principalmente, atuar de forma a

contribuir com a humanização de todos os sujeitos” (p. 278).

Tendo como aporte teórico a Psicologia Histórico-Cultural, Barroco e Tada (2022) discutiram as contribuições da psicologia escolar e educacional à educação inclusiva. Para isso, retomam a atuação e as atribuições historicamente instituídas para o psicólogo escolar que tinham como base as práticas psicométricas e as teorias psicológicas do desenvolvimento a fim de demarcarem aqueles alunos que não se encontravam no *nível* esperado pelo padrão normativo escolar, restringindo-se a uma leitura homogeneizante sobre a construção da aprendizagem.

Barroco e Tada (2022) interrogam a respeito dos processos avaliativos que tendem a se pautar no aspecto diagnóstico, embora considerem a importância da avaliação para o acesso aos serviços da modalidade da educação especial. Contudo, ressaltam a necessidade do psicólogo se orientar por uma perspectiva crítica, contextualizando as questões apresentadas pelos alunos e não, simplesmente, pela perspectiva que patologiza. Em suas palavras, “à luz da teoria vigotskiana, pode se considerar que por detrás desse quadro de insucesso na escolarização está, sim, a perpetuação da ideologia dominante, a ideia de menos valia daqueles que não têm as condições efetivas de fruir do que a humanidade tem produzido” (p. 74).

Silva (2022) buscou investigar as experiências formativas de profissionais da psicologia para o campo da educação inclusiva, em sua tese de doutorado. Para isso, analisou as ementas dos cursos de graduação em Psicologia de três universidades localizadas na cidade de São Paulo e entrevistou três psicólogas atuantes no campo da educação inclusiva. Parte da concepção

de que o contexto da educação inclusiva impõe a necessidade de rever não somente os processos de escolarização, mas também a prática profissional e consequentemente os processos formativos.

A análise de dados possibilitou a identificação de uma lacuna na formação inicial, pois, apesar de haver disciplinas referentes à educação inclusiva na graduação, as participantes atribuíram à experiência como propiciador da construção de conhecimentos sobre a inclusão escolar. Ou seja, apesar de terem tido acesso a conceitos, o conhecimento efetivo adveio em momentos posteriores à graduação, como em especializações, supervisões e na vivência prática como psicólogo escolar. Portanto, Silva (2022) pôde concluir sobre a necessidade da discussão da educação inclusiva se fazer presente de forma longitudinal no curso de graduação em Psicologia, privilegiando não somente os conhecimentos adquiridos teoricamente, mas também aqueles adquiridos através da prática, em pesquisa de extensão e em estágios.

Na sua pesquisa de mestrado, Fernandez (2023) investigou o papel do psicólogo escolar no processo de inclusão educacional de pessoas com deficiência. Através de uma revisão sistemática da literatura, foi possível refletir sobre os aspectos históricos da inclusão, as políticas públicas relacionadas à temática, a formação e o papel do psicólogo escolar. Como perspectiva teórica, teve-se o materialismo histórico-dialético que embasou o questionamento sobre o atravessamento de certas ideologias e do capitalismo na atuação e formação do psicólogo.

Fernandez (2023) denuncia o fato de que em meio a hegemonia capitalista o psicólogo pode ser impactado em sua formação e em suas ações, o que realça a reprodução de determinadas práticas pautadas em certas decisões político-econômicas que podem fomentar a exclusão ao invés da inclusão. Ou seja, a presença do psicólogo não implica necessariamente em práticas inclusivas, pois o psicólogo, se não tiver advertido sobre a sua não neutralidade, pode reproduzir ideais excludentes presentes nas estruturas sociais. Fernandez (2023) pontua que a psicologia escolar tem uma dívida histórica em relação à educação inclusiva por ter perpetuado, por muito tempo, uma história segregacionista, normalizadora e excludente. Para isso é preciso que a psicologia se alicerce em uma perspectiva crítica, não reproduzindo na escola uma prática clínica e tendo em vista a luta, as práticas e o conhecimento anticapacitista.

Os dez trabalhos situam a psicologia educacional e escolar no debate da educação inclusiva, apontando os desafios, as necessidades, as possibilidades e os aspectos políticos, sociais e econômicos que impactam o lugar, a função e a atuação do psicólogo educacional e escolar. Quanto aos desafios, os autores nos mostram que são referentes à própria inclusão escolar, no que tange ao planejamento, à implementação da educação inclusiva (Fonseca *et al.*, 2018a; Altrão; Almeida, 2019) e ao desimplicação do professor em relação ao processo de escolarização do aluno (Carvalho, 2019). Além disso, os trabalhos apresentam os desafios do psicólogo ao se deparar com um excesso de demandas na escola (Carvalho, 2019), e como se deparam com as lacunas e escassez da sua própria formação (Altrão; Almeida, 2019; Carvalho, 2019; Silva, 2022).

É possível perceber com os trabalhos a necessidade de propostas de formação continuada aos professores a fim de colaborar e efetivar o processo de inclusão escolar dos alunos com deficiência (Fonseca *et al.*, 2018a; Nunes, 2020). Sendo também necessário a mudança de perspectiva do psicólogo para que sua atuação não se restrinja à dimensão clínica, não correndo o risco de perpetuar concepções homogeneizantes, presentes na história da psicologia escolar, que se pautam no discurso médico (Fonseca *et al.*, 2018b; Altrão; Almeida, 2019; Kranz; Campos, 2020; Barroco; Tada, 2022). Em relação à prática do psicólogo escolar, os trabalhos ressaltam a importância da atuação com todos as figuras presentes no cotidiano escolar, especialmente com os professores e os familiares, promovendo espaços de escuta e diálogo (Fonseca *et al.*, 2018b; Altrão; Almeida, 2019; Carvalho, 2019; Nunes, 2020) e fomentando a compreensão social e cultural da deficiência (Kranz; Campos, 2020). Por fim, os trabalhos destacam o atravessamento de ideologias e determinantes socioeconômicos na educação, na atuação e na formação do psicólogo (Rios; Resende, 2020; Fernandez, 2023).

4 Considerações finais

O campo da educação inclusiva tem configurado um novo cenário escolar, já que as escolas passaram a se deparar com a urgência de repensar as práticas e o modo com a educação é ofertada aos alunos. Nesse contexto, os psicólogos têm sido convocados a responder às queixas e demandas surgidas com os avanços das políticas públicas educacionais inclusivas e o processo de escolarização de pessoas com deficiência. Trata-se de um assunto emergente para a psicologia educacional

e escolar que passa a ser somado com outros aspectos concernentes a esse campo de saber e atuação.

Tendo em vista o atual panorama da educação, o presente artigo teve como objetivo discutir o lugar, a função e a atuação da Psicologia Educacional e Escolar no contexto da inclusão escolar, tendo as seguintes perguntas norteadoras: Como tem sido a atuação do psicólogo educacional e escolar no âmbito da educação inclusiva? Quais as possibilidades de intervenção do psicólogo educacional e escolar frente à inclusão de alunos com deficiência? Para isso, a proposta metodológica utilizada foi a revisão narrativa na qual dez trabalhos acadêmicos, dentre eles dissertações, teses e artigos, foram selecionados por meio do levantamento bibliográfico realizado na BDTD, no Catálogo de Teses CAPES e no Portal de Periódicos CAPES.

É possível concluir que se torna imprescindível que o psicólogo escolar assuma uma posição não restrita ao trabalho clínico, que se pauta em abordagens reduzentes e normatizantes do aluno, presentes na história da psicologia escolar. Para isso, o psicólogo escolar não deve recuar diante das indagações sobre a sua própria formação e sobre os fundamentos que atravessam a sua atuação, carecendo de adotar uma perspectiva crítica. Além disso, o psicólogo precisa interrogar as práticas pedagógicas excludentes, levar aos professores discussões a respeito das possibilidades e desafios da inclusão escolar, abrir espaços formativos para os profissionais da educação e possibilitar a troca com a família e os alunos. Atuando, portanto, de modo articulado com todos os atores escolares, visando uma interconexão,

principalmente, entre o ensino do professor e a aprendizagem do aluno.

Referências

ALTRÃO, S. S.; ALMEIDA, D. M. de M. Psicologia escolar e educação inclusiva: da formação às práticas de psicólogos escolares de Mato Grosso do Sul. **RPGE- Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 23, n. esp. 1, p. 728-742, out. 2019. Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/13018/8630>. Acesso em: 24 set. 2024.

ANDRADE, M. C. O papel das revisões de literatura na produção e síntese do conhecimento científico em Psicologia. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 14, n. 5, p. 1-5, 2021. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v14nspe/01.pdf>. Acesso em: 24 set. 2024.

ANTUNES, M. A. M. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**, v. 12, n. 2, p. 469-475, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/kgkH3QxCXKNNvxpbgPwL8Sj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 set. 2024.

BARBOSA, D. R.; SOUZA, M. P. R. de. Psicologia educacional ou escolar? Eis a questão. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 16, n. 1, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/jQhnhjsj8gZLFSXRPMTCh7mc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 set. 2024.

BARROCO, S. M. S.; TADA, I. N. C. Contribuições histórico-culturais à Psicologia Escolar na Educação Especial Inclusiva. **Obutchénie: Revista de Didática e Psicologia Pedagógica**, Uberlândia, v. 6, n. 1, p. 54-79, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/Obutchenie/article/view/64384/33271>. Acesso em: 24 set. 2024.

BERCHERIE, P. (1983). A clínica psiquiátrica da criança: estudo histórico. In: CIRINO, Oscar. **Psicanálise e psiquiatria com crianças: desenvolvimento ou estrutura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

CARVALHO, G. B. M. de. **Educação inclusiva: desafios e expectativas na atuação de**

psicólogos e psicólogas no estado de Mato Grosso. 2019. 135f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2019. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8130096. Acesso em: 24 set. 2024.

FERNANDEZ, L. V. **O psicólogo escolar como agente do processo de inclusão**. 2023. 82f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado em Educação Profissional em Saúde, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/57774>. Acesso em: 24 set. 2024.

FONSECA, T. da S.; FREITAS, C. S. C.; NEGREIROS, F. Inclusão escolar: concepções de psicólogos escolares e educacionais. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 31, n. 62, p. 603-616, jul./set. 2018a. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/30410/pdf>. Acesso em: 24 set. 2024.

FONSECA, T. da S.; FREITAS, C. S. C.; NEGREIROS, F. Psicologia escolar e educação inclusiva: a atuação junto aos professores. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 24, n. 3, p. 427-440, jul./set. 2018b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/zRrFDtCtRP4WKtskcbk4mYj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 set. 2024.

JANUZZI, G. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

KRANZ, C. R.; CAMPOS, H. R. Educação Especial, Psicologia e políticas públicas: o diagnóstico e as práticas pedagógicas. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 24, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/VtWXdS7GjstMx6S6mYhQKVf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 set. 2024.

LIMA, A. O. M. N. de. Breve histórico da psicologia escolar no Brasil. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 23, n. 42, p. 17-23, jul./set. 2005. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/Psicologiaargumento/2005/vol23/no42/2.pdf>. Acesso em: 24 set. 2024.

NUNES, L. dos G. A. **Psicologia escolar e desenvolvimento profissional docente: tecendo diálogos com professores sobre**

educação inclusiva. 2020. 326f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-19102020-172548/publico/nunes_corrigida.pdf. Acesso em: 24 set. 2024.

PATTO, M. H. S. (1990). **A produção do fracasso escolar:** histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2022.

RIOS, G. B.; RESENDE, M. do R. S. A produção científica da psicologia sobre inclusão escolar. **Revista Intersaberes**, v. 15, n. 35, p. 467-480, mai./ago. 2020. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/1833>. Acesso em: 24 set. 2024.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática x revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 2, p. 5-6, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 set. 2024.

SILVA, L. S. da. **A psicologia e o campo da educação inclusiva: uma compreensão**

fenomenológica-hermenêutica de experiências formativas. 2022. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), São Paulo, 2022. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/bitstream/handle/26057/1/Lia%20Spadini%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 24 set. 2024.

SOARES, L. S. *et al.* Revisão de literatura: particularidades de cada tipo de estudo. **Revista de Enfermagem da UFPI**, v. 2, n. 5, p. 14-18, 2013. Disponível em: <https://ojs.ufpi.br/index.php/reufpi/article/view/1200/pdf>. Acesso em: 24 set. 2024.

SOUZA, M. P. R. de. Psicologia Escolar e Educacional em busca de novas perspectivas. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**, v. 13, n. 1, p. 179-182, jan./jul. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/wXnm95Rk4KtH9zKwkVDdtfC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 set. 2024.

Recebido em 2024-08-23

Publicado em 2025-01-01